

A ordenação de documentos como enunciação: o número de chamada e os sistemas de classificação bibliográfica

Camila Mariana Aparecida da Silva

Doutoranda; Universidade Federal de Minas Gerais; Belo Horizonte, MG, Brasil
camilamas.silva@gmail.com; <http://orcid.org/0000-0002-0429-1146>

Cristina Dotta Ortega

Doutora; Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil
ortega@eci.ufmg.br; <http://orcid.org/0000-0002-9735-7676>

Resumo: Discute a adoção dos sistemas de classificação bibliográfica para fins de ordenação de documentos no contexto estadunidense da virada do século XIX para o XX e a configuração do número de chamada como modelo composto pela associação entre o número de coleção, o número de classe e o número do livro. Busca-se explicitar a historicidade do número de chamada e as críticas a ele direcionadas. O trabalho fundamenta-se em revisão de literatura sobre a temática, desenvolvendo-se com base em pesquisa de grupo e pesquisas individuais, iniciadas em 2012, e que, desde então, resultam em trabalhos acadêmicos, livro, trabalhos em evento e artigos. O texto principia pela discussão sobre os sentidos vinculados ao uso dos sistemas de classificação bibliográfica para a ordenação de documentos. Na sequência, discorre sobre a estrutura do número de chamada como modelo que operacionaliza arranjos em sistemas de localização relativa, mobilizando, em especial, a intensa produção de reflexões voltadas a soluções para a composição do número do livro. Por fim, revisita algumas críticas aos sistemas de classificação bibliográfica e em associação ao número de chamada. Como considerações finais, ressalta a atualidade da ordenação de documentos, sobretudo quando a experiência direta do público com as coleções é almejada, haja vista a função enunciativa dos arranjos espacializados, função essa que fomenta a exploração significativa e criativa das coleções.

Palavras-chave: Ordenação de documentos; Número de chamada; Número do livro; Sistemas de classificação bibliográfica

1 Introdução

A articulação dos processos de organização da informação é necessária à elaboração de sistemas de informação em abordagem bibliográfica. Dentre estes processos, está a ordenação de documentos. Ela se constitui pela materialização

de um arranjo para coleções de documentos em mobiliários, favorecendo a localização e gestão dos itens, além de permitir que a disposição da coleção no espaço atue como uma proposta de leitura enunciada ao público.

O número de chamada, modelo de origem estadunidense proposto no último quarto do século XIX, permanece como uma das principais soluções voltadas à ordenação de documentos em sistemas de localização relativa, no contexto das bibliotecas brasileiras. Todavia, mesmo disseminado, são poucas as pesquisas que buscam discutir a estrutura e função desse modelo, contemplando, também, a compreensão do papel dos sistemas de classificação bibliográfica em sua constituição. No país, parte significativa das publicações que tangenciam esta temática foi editada até a década de 1970. Trata-se, majoritariamente, de traduções de obras de caráter manualístico que priorizam o estudo da classificação bibliográfica ou a composição de notações de autor com base em tabelas à Cutter. Como um contraponto a este quadro, o livro de Pinheiro (2007) e as recentes publicações de Caribé (2016, 2019) contemplam abordagem ao número de chamada e aos métodos de ordenação de documentos.

Assim, o objetivo deste estudo consiste na discussão da adoção dos sistemas de classificação bibliográfica para fins de ordenação de documentos no contexto estadunidense da virada do século XIX para o XX e na configuração do número de chamada como modelo composto pela associação entre o número de coleção, o número de classe e o número do livro. Com isto, busca-se explicitar sua historicidade e as críticas a ele direcionadas.

O trabalho é de natureza teórica em abordagem qualitativa e está baseado em pesquisa bibliográfica fundamentada em revisão de literatura de autores clássicos que discutiram a temática, tendo sido desenvolvido com base em pesquisas de grupo e individuais, iniciadas em 2012, e que, desde então, resultam em trabalhos acadêmicos, livro, trabalhos em evento e artigos (ORTEGA, 2013; ORTEGA; SILVA, 2013; ORTEGA, 2015; ORTEGA; SILVA; SANTOS, 2016; SILVA, 2016; SILVA; ORTEGA, 2017a; SILVA; ORTEGA, 2017b; SILVA; TOLENTINO, 2018; SILVA; CARVALHO; MARTINS; ORTEGA, 2018; SILVA; TOLENTINO; ORTEGA, 2019; SILVA; CARVALHO; MARTINS; ORTEGA, 2020). O texto principia pela discussão

sobre os sentidos vinculados ao uso dos sistemas de classificação bibliográfica para a ordenação de documentos. Na sequência, discorre sobre a estrutura do número de chamada como modelo que operacionaliza arranjos em sistemas de localização relativa, mobilizando, em especial, a intensa produção de reflexões voltadas a soluções para a composição do número do livro. Por fim, revisita algumas críticas aos sistemas de classificação bibliográfica e em associação ao número de chamada.

2 Os sistemas de classificação bibliográfica como base para a ordenação de documentos

Em meados do século XIX, nos Estados Unidos, as bibliotecas públicas passaram a ser consideradas importantes agentes de consolidação da democracia, pois entendidas como instituições formadoras e instrumentos de ampliação e continuidade da educação formal que contribuiria para o aprimoramento individual e ascensão social. Shera (1949) e Harris (1972) apresentam a formação deste pensamento no bojo da sociedade estadunidense e ressaltam o viés de controle social adquirido por estas bibliotecas na medida em que elas também estavam a serviço de combater uma possível depravação dos estratos empobrecidos da população, bem como de assegurar a conformação de uma cidadania patriótica entre os imigrantes que chegavam ao território. Neste sentido, as bibliotecas públicas assumiam concomitantemente um papel emancipatório e moralizador, no qual estava subjacente a ideia de que as faculdades mentais dos indivíduos poderiam ser moldadas e aperfeiçoadas pelo aprendizado adquirido através do contato com mentes brilhantes e exemplares que se expressavam por meio dos livros.

Segundo Miksa (1992), o entendimento corrente era de que os livros, para cumprirem seu papel, deveriam ser interpelados não como unidades isoladas, mas a partir da posição que o assunto de que tratavam ocupava no universo de conhecimento. O universo de conhecimento constituía uma abstração destinada a sintetizar aquilo que estava posto como a soma do conhecimento humano e cujo entendimento elementar deveria ser facultado a

todos. Assim, o aprimoramento objetivado pelas bibliotecas se orientava por quadros elaborados a partir de arranjos sistemáticos do universo de conhecimento que permitiriam a integração de aspectos inferiores – como as emoções –, e superiores – como abstração, razão e memória –, em uma mente equilibrada, sábia e moral. Esta visão se firmou no bojo do movimento de bibliotecas e orientou as lideranças estadunidenses que viam no desenvolvimento de uma sofisticação mental, sustentada pela classificação do universo de conhecimento, o propósito fundamental das bibliotecas e o norte para a formação profissional (MIKSA, 1983; 1986).

Os aspectos levantados tornam possível compreender a força que os sistemas de classificação bibliográfica adquirem neste período não apenas no contexto das bibliotecas públicas, mas entre as bibliotecas de modo geral. A possibilidade destes sistemas orientarem a elaboração de arranjos estruturados para coleções de documentos e, concomitantemente, atuarem como mapas para o universo do conhecimento, abriu espaço para o progressivo abandono dos sistemas de localização fixa, marcadamente desenvolvidos e adotados na Europa, e a concepção e disseminação de sistemas de localização relativa.

Até meados do século XIX, predominava abordagem de ordenação de documentos que interditava o acesso direto de usuários às estantes e estipulava um lugar definitivo para cada um dos itens no conjunto da coleção, dando corpo aos sistemas de localização fixa. Nestes sistemas, não prevalecia a intenção de uma enunciação que propusesse formas de sentido para o conjunto da coleção, destacando-se, como nos lembra Pinheiro (2007), o enfoque nas questões de conservação das coleções, somado ao aproveitamento rigoroso do espaço. O lugar destinado à coleção era previamente segmentado conforme critérios de interesse e, não raro, as estantes eram identificadas a partir de grandes recortes temáticos pouco sistematizados, impondo a condição de que novos itens coletados fossem acomodados estritamente no espaço anteriormente definido. Tais sistemas passaram a constituir entrave de gestão para as instituições que dispunham de coleções em permanente crescimento, pois o espaço inicialmente previsto excepcionalmente conseguia abarcar de modo satisfatório o montante de itens incorporados, o que resultava na estagnação do preenchimento do

espaço disponível em algumas estantes e na superlotação de outras (SLAVIC, 2009). O quadro levava à recorrente necessidade de reordenação dos documentos, haja vista que os códigos de localização afixados em cada um dos itens eram compostos segundo a posição que ocupavam nas salas, estantes e prateleiras, e qualquer perturbação nesta ordem poderia resultar em perda de efetividade do sistema (UNITED STATES, 1876).

Diferentemente dos sistemas de localização fixa, nos sistemas de localização relativa, não há um lugar permanente a ser ocupado pelo documento no arranjo, mas uma posição variável (LEHNUS, 1980; PRYTHERCH, 2005).

O posicionamento dos documentos se dá em função da correspondência à estrutura definida pelo sistema de classificação adotado e pelas estratégias empregadas para fins de individualização dos itens nos agrupamentos formados. Portanto, a posição do documento no arranjo é variável em função das relações que os itens incorporados à coleção estabelecem entre si. Deste modo, em sistemas de localização relativa, os atributos primários adotados na ordenação configuram o método classificatório, de função agrupadora, depois seguidos de atributos atinentes aos métodos alfabético e/ou cronológico, de modo a cumprirem função individualizadora. A partir daí, o método classificatório foi privilegiado em detrimento dos demais, amplamente adotados.

Como visto, na cultura das bibliotecas estadunidenses, dois elementos ganharam força neste período: a crença na primazia do aprimoramento educacional como função da biblioteca e a busca por eficácia na gestão das coleções. Esses dois elementos, conjugados, fornecem indícios à compreensão do desenvolvimento e disseminação de sistemas de localização relativa, na virada do século XIX para o XX, predominantemente, via uso de certos sistemas de classificação bibliográfica para a composição do número de chamada.

3 O número de chamada: um modelo para produção de sistemas de localização relativa

Em coleções cujo acesso ao público estava interdito, era comum que o código indicativo do lugar permanente ocupado pelo documento recebesse a

denominação marca de estante (*press-mark* ou *shelf mark*). Ranganathan (1967) afirmava que, nestas bibliotecas, os leitores precisavam “chamar” pelo livro, derivando deste ato a denominação “número de chamada” (*call number*), que seria, portanto, anterior à disseminação dos sistemas de localização relativa. O dicionário Merriam-Webster (2021), no entanto, informa que o primeiro uso de *call number* teria ocorrido no ano de 1876, mesma data da publicação da primeira edição da Classificação Decimal de Dewey (CDD), na qual Dewey fazia uso do termo e afirmava a localização relativa como solução adequada para ordenação de documentos em bibliotecas (DEWEY, 1876).

Todavia, Dewey (1893) também falava em número de chamada para se referir aos sistemas de localização fixa, fazendo uso do termo, portanto, no sentido de um código empregado para localização dos documentos conforme seu lugar (sistemas de localização fixa) ou sua posição (sistema de localização relativa).

A despeito das possíveis versões que possam explicar a origem do termo, o número de chamada se disseminou como principal modelo voltado à ordenação de documentos em sistemas de localização relativa e foi sistematizado por Ranganathan por volta de 1930. Segundo o autor, o número de chamada se constitui pela junção de três elementos: o número de coleção (*collection number*), o número de classe (*class number*) e o número do livro (*book number*) (RANGANATHAN, 1967). Assim,

$$\text{número de chamada} = \text{número de coleção} + \text{número de classe} + \text{número do livro}$$

O número de coleção, nem sempre empregado, é notação essencialmente local destinada à separação de grupos de documentos da coleção principal. O número de classe é a notação formada com base no sistema de classificação bibliográfica escolhido e representa a classe conferida ao documento a partir do atributo principal de interesse para configuração do arranjo. O número do livro, por sua vez, é composto por notação que reflete atributos documentais secundários empregados com vistas à individualização dos itens em uma classe. A ligação entre estes três elementos, mesmo não concatenados linearmente

como posto por Ranganathan, já estava presente entre as propostas concebidas por bibliotecários no último quarto do século XIX, dentre eles, Jacob Schwartz, Charles Ammi Cutter, Melvil Dewey, John Edmands e Kate Emery Sanborn Jones.

3.1 Número de coleção e número de classe

Enquanto recurso que permite desmembrar uma coleção, o número de coleção é anteposto ao número de classe e recomendado quando se deseja separar frações da coleção principal ou criar coleções paralelas a fim de que cada coleção integre um conjunto com características próprias (RANGANATHAN, 1967). Em geral, como aponta Mittal (1976), estas características relacionam-se à forma, seja em função do tamanho ou da tipologia, à raridade, à proveniência ou, ainda, às exigências de facilitação de uso pelos leitores, como no caso das obras de referência, de materiais adotados em disciplinas ou de tópicos de interesse circunstancial, entre outros.

A composição do número de classe, ou marca de classe (*class mark*), como também denominavam Cutter (1878, 1879, 1882) e Bliss (1910, 1912), a partir das notações extraídas dos sistemas de classificação bibliográfica, concretizava especialmente um quadro sistemático de relacionamentos que não mais vinculava os documentos ao lugar que ocupavam no arranjo, mas a seu posicionamento na estrutura de classes para a organização das coleções. Com o número de chamada, tornava-se possível compor uma cartografia da coleção por meio da associação planejada dos documentos distribuídos em classes. Deste modo, cada um dos itens poderia ser diretamente explorado pelos leitores, que se orientavam por meio das relações expressas na forma de um conjunto de enunciados sobre as coleções locais.

O entendimento progressivo de que sistemas de classificação bibliográfica deveriam nortear a ordenação das coleções foi tendência atestada por estudo publicado por Horace Kephart, em 1896. Neste estudo, o autor demonstrava que entre a totalidade das bibliotecas estadunidenses pesquisadas era defendida ideia de que os livros deveriam ser ordenados nas estantes

conforme as classes de assunto de que tratavam (KEPHART, 1896). De fins do século XIX até o primeiro quarto do século XX, com o intuito de ordenar documentos nas estantes e dispor as fichas nos catálogos, diversos sistemas de classificação bibliográfica foram propostos, ainda que poucos deles tenham se notabilizado e perdurado, como nos casos da Classificação Decimal de Dewey (CDD), da Classificação da *Library of Congress* (LCC) e da Classificação Decimal Universal (CDU).

Sayers (1922, 1944) e Miksa (1992) argumentam que em função do caráter pragmático que conduzia a elaboração dos sistemas de classificação bibliográfica, não eram trabalhados apenas assuntos em sua composição. Uma vez que os arranjos a serem elaborados precisavam responder demandas de acesso às coleções, estes sistemas não poderiam se limitar aos aspectos relacionados ao conteúdo temático dos documentos, fazendo-se necessária a incorporação de outros atributos como, por exemplo, a forma ou divisões geográficas.

Se aos sistemas de classificação bibliográfica não bastava replicar em sua estrutura o universo de conhecimento, ao número de chamada não bastava o emprego exclusivo dos sistemas de classificação bibliográfica: a operacionalização dos arranjos demandava incorporação de elementos adicionais à atribuição de classe que permitissem separar parcelas da coleção – número de classe - e localizar os documentos individualmente, dando ordem a cada um dos itens agrupados. Estes elementos de individualização e o modo de congregá-los foram amplamente discutidos, recebendo a denominação de número do livro, entre outras.

3.2 Número do livro

Conforme nos lembram Lehnus (1978, 1980) e Satija (1987, 1990), o processo de consolidação do número de chamada está intimamente relacionado à difusão dos sistemas de classificação bibliográfica, mas também quanto às diferentes estratégias propostas para a composição do número do livro. O uso da notação classificatória como indicação de uma classe e de um ponto no mapa do

universo de conhecimento, e não mais da localização física do documento no espaço, resolvia parcialmente o problema dos arranjos, pois permanecia em aberto como ordenar documentos que partilhavam uma mesma classe.

Em artigo publicado no *Library Journal*, em 1878, Jacob Schwartz descreveu o plano que elaborou e utilizou para a reordenação dos documentos da *New York Apprentices Library*, em 1872. Além de utilizar um sistema de classificação bibliográfica próprio, o autor havia concebido uma tabela que permitia a conversão conjugada de atributos de autoria e tamanho dos documentos em notações numéricas que regulavam a disposição dos itens dentro das classes (SCHWARTZ, 1878). A relevância dada ao tamanho dos documentos, segundo Lehnus (1980), aponta para período de transição no qual os arranjos mantinham vinculação com os ideais de uniformidade visual das estantes e aproveitamento do espaço, típicos dos sistemas de localização fixa, mas que foram progressivamente perdendo importância em sistemas de localização relativa.

A década seguinte à inauguração das discussões sobre o número do livro no *Library Journal*, por Jacob Schwartz, foi caracterizada por intensas trocas de experiência e estudos que acabaram consolidando entendimento de que o elemento fundamental do número do livro seria a codificação alfanumérica dos atributos documentais por meio de tabelas de conversão. Assim, estava em questão a definição do atributo que estaria à frente da disposição dos itens dentro das classes, a escolha e ordem dos atributos subsequentes que poderiam ser utilizados e, ainda, a forma de codificação mais adequada, levando-se em consideração que o número do livro sucederia o número de classe. No que concerne à escolha do atributo principal para o número do livro, em artigo publicado em 1886, Dewey sintetizaria os debates realizados até então ao afirmar:

[...] existem apenas três métodos que estão realmente sendo usados, a saber, (1) o numérico, ou seja, 1, 2, 3, etc., (2) autores e (3) o plano de tempo, ou seja, por ano de publicação. Outros métodos sugeridos, mas considerados “maus métodos”, são os arranjos por editor, cor, custo, estilo de tratamento, mérito, título, idioma e divisão posterior de assuntos. (DEWEY, 1886, p. 298, tradução nossa)¹.

O número do livro sequencial por ordem de entrada, muito usado em sistemas de localização fixa, havia sido expressamente indicado por Dewey na introdução à primeira edição da CDD (DEWEY, 1876). Este tipo de solução não demandava codificação e tampouco foi tratado com entusiasmo por ser considerado insignificante em termos do arranjo. A ordem de entrada apenas indicava a sequência com que os documentos haviam sido registrados em uma biblioteca, mas não constituíam chave de acesso que pudesse facilitar a busca direta nas estantes.

As ideias que se desdobraram e mantiveram ativas as discussões no *Library Journal* se referiam a tentativas de construir tabelas para notações indicativas de autoria ou data de publicação. Em simpósio publicado em 1879, John Edmands, bibliotecário na *Mercantile Library of Philadelphia*, apresentou proposta na qual a inicial do sobrenome era anteposta ao número que codificava a autoria (EDMANDS, 1879). Cutter aprimorou a ideia de Edmands ao manter a inicial do sobrenome na codificação e trabalhar os números que a seguiam não mais como integrais, mas de forma decimalizada, o que permitia intercalação ilimitada de novos itens sem a perturbação da ordem alfabética (CUTTER, 1879, 1882, 1887). Foi Cutter, também, o primeiro a publicar e comercializar tabelas e instruções de uso elaboradas especialmente para o número do livro de base alfabética.

A primeira tabela de Cutter foi publicada em 1886, sendo seguida de diversos ajustes e, posteriormente, duas outras versões. Ela era satisfatória para pequenas bibliotecas, porém, segundo Barden (1937), foi considerada inadequada para classes amplas de ficção e para biografias individuais. Isto levou à sua primeira revisão, entre os anos de 1892 e 1895, por Kate Sanborn, que havia sido assistente de Cutter no *Boston Athenaeum*. Porém, dada a reestruturação realizada, a tabela de Sanborn acabou se tornando uma obra independente da primeira versão de Cutter e não sua expansão, como era originalmente pretendido. Lehnus (1980) afirma que para superar os conflitos de atribuição das notações causados pela divergência entre a primeira versão de Cutter e a versão produzida por Sanborn, Cutter publicou, em 1901, uma atualização de sua primeira tabela, denominando-a “*Cutter three-figure table*”.

Antes da publicação da segunda versão da tabela de Cutter, a tabela de Sanborn já havia se disseminado. Segundo Satija (1987), isto fez com que a versão revisada não conseguisse suplantar a adesão à tabela de Sanborn que, ademais, havia conseguido maior uniformidade e facilidade na composição das notações comparativamente às versões publicadas por Cutter.

Em 1885, seguindo a mesma lógica utilizada por Cutter, Walter Stanley Biscoe, bibliotecário no *Columbia College*, propôs uma tabela para o arranjo cronológico dos itens dentro das classes, considerando que para alguns temas a composição de um número do livro cronológico seria mais significativa porque permitiria acompanhar o desenvolvimento da temática e localizar facilmente o que de mais recente tivesse sido publicado (BISCOE, 1885). Por meio da tabela de Biscoe, os anos eram codificados em uma notação composta de uma letra seguida de dígitos numéricos. Esta tabela, todavia, não obteve grande adesão, embora tenha sido retomada anos mais tarde para a composição do número do livro por Ranganathan, como complemento à *Colon Classification*. Segundo o autor, sua proposta para o número do livro havia sido concebida em relação orgânica com o número de classe, o que a diferenciaria das soluções precedentes (RANGANATHAN, 1960). O autor retomava Biscoe para a composição de uma forma própria do número do livro, que principiava pela codificação da língua do documento, seguida da forma da exposição dos conteúdos e, então, do ano de publicação. No entanto, assim como o sistema de classificação proposto, essa estrutura do número do livro foi aplicada em contextos bastante restritos.

Até fins do século XIX, estenderam-se relatos de novas iniciativas, como tabelas para nomes geográficos (SWAN, 1886), tabelas especiais para nomes de autores gregos e latinos (CUTTER, 1886) e tabelas que visavam arranjo de biografias coletivas (OLIN, 1893). Embora estes exemplos sejam uma parte ínfima daquilo que provavelmente se desenvolveu como solução local para a composição do número do livro à época, fica evidenciada a prevalência da autoria como atributo primário que encabeçaria o número do livro. Em 1888, a *Annual Conference of the American Library Association* teve, como uma de suas sessões, simpósio intitulado “*Cutter author-numbers in connection with the Dewey Classification*”. Segundo Lehnus (1980), disseminou-se muito

rapidamente, em contexto estadunidense, a utilização conjugada da CDD e das tabelas de Cutter para a composição do número de chamada.

As propostas que se seguiram no século XX consistiam basicamente de adaptações ou simplificações às tabelas de Cutter, como propuseram Brown (1906), Bliss (1910, 1912) e Merrill (1912) e de instruções para sua operacionalização junto ao número de chamada. A *Library of Congress* publicou, em 1917, diretrizes próprias para a composição do número do livro (LAWS, 1917) também a partir das tabelas Cutter. Numa combinação com o número de classe, mormente extraído da CDD, instruções para a composição do número do livro foram sintetizadas por Margaret Mann (1930) e Bertha Barden (1937), ambas publicadas pela *American Library Association* na década de 1930, sendo que Barden chegou a propor um modelo próprio para composição do número do livro.

A fim de atender necessidades locais e viabilizar notações mais simples, também foram publicadas tabelas à Cutter para contextos nos quais não predominavam sobrenomes de língua inglesa, como as tabelas de Bashiruddin, em 1928, e da *National Library of India*, em 1961, para sobrenomes indianos (SATIJA, 2008), a tabela Málaga (MÁLAGA, 1947), para sobrenomes em espanhol e a tabela PHA, para sobrenomes comuns no contexto brasileiro (PRADO, 1964).

Como a definição de um único atributo para o número do livro não respondia integralmente à função de individualização, outros atributos documentais foram incorporados, permitindo sofisticação aos arranjos dentro de uma mesma classe. Por meio da ordenação alfabética, tornava-se possível sequenciar as obras de um autor e, para cada uma destas obras, associar suas traduções para outros idiomas, seguidas de sua fortuna crítica representada por obras que consistiam de análises e comentários. Às análises e comentários de obras específicas poderiam, então, seguir os comentários, estudos ou dicionários relativos ao conjunto das obras, sendo possível, ainda, associar obras selecionadas, autobiografias e biografias do autor. Ademais, os esquemas previam possibilidade de diferenciação de edições, volumes e exemplares, entre outros.

Assim, especialmente em relação às classes que abarcavam obras literárias, distintas propostas de seleção, encadeamento e codificação dos atributos foram trabalhadas, de forma que, em alguns casos, o resultado eram notações demasiado extensas e de difícil assimilação pelo público (BARDEN, 1937; CARNEIRO, 1950; LEHNUS, 1978; LENTINO, 1971; ZHAO, 2004; GRANATA, 2009).

A busca de um modelo para a ordenação de documentos em sistemas de localização relativa demandava a elaboração de conceitos relativos às funções de cada elemento. No caso do número do livro, fazia-se necessário distinguir o número de autor (*author number*), também referido como notação de autor (*author notation*) ou, ainda, número de Cutter (*Cutter number*), das notações que o sucediam e permitiam o sequenciamento das obras de um mesmo autor dentro de uma mesma classe.

O termo número de Cutter (*Cutter number*) não é indicativo das notações criadas a partir de tabelas formuladas conforme a lógica proposta por Cutter, mas constituídas segundo suas próprias realidades linguísticas. O termo número de autor (*author number*), por sua vez, não é fidedigno à notação obtida com emprego das tabelas à Cutter, pois estas não são compostas apenas por números, mas por uma combinação de letras e números. O termo notação de autor (*author notation*), assim como os outros dois termos apresentados, exclui de seu escopo arranjos orientados por atributos diferentes da autoria. Bastante usado no Brasil, o termo notação de autor remete à entrada principal adotada no catálogo, já que para obras sem autoria pessoal (com mais de três autores, organizadas, anônimas, periódicos, publicações governamentais etc.), são usados outros nomes que não o de autor para composição da notação, como o título, nos três primeiros casos. Desse modo, o termo notação de autor (*author notation*) também não é específico daquilo que representa (ORTEGA; SILVA; SANTOS, 2016).

Satija e Comaromi (1992) ressaltam que o uso do termo número do livro (*book number*) para indicar a ordenação dentro das classes é redutor por não abarcar outras tipologias documentais. Conforme argumentava Bliss (1912), os termos mais adequados para o número do livro seriam notação interna (*internal*

notation) ou marca de ordem (*order mark*), tendo em vista dois aspectos: 1) o objetivo de quaisquer atributos escolhidos é o estabelecimento de uma ordem para os itens dentro das classes e 2) nem toda codificação precisaria resultar em códigos de base numérica. Assim, os termos *order mark* e *internal notation* compreenderiam quaisquer formas de codificação, não estariam associados a nenhuma tipologia documental específica e demarcariam, antes, uma explicitação de sua função ao evidenciar a ideia de que também dentro das classes faz-se necessária a aplicação de critérios para estruturar o arranjo. Porém, a despeito da variabilidade terminológica, predomina na literatura o uso do termo número do livro, de menor potencial de abstração, composto pela articulação entre notação de autor e demais elementos de individualização.

4 Críticas contemporâneas aos sistemas de classificação bibliográfica e ao número de chamada

Em 1980, Hyman publicou um trabalho de ampla cobertura no qual realizava uma revisão de estudos em língua inglesa sobre usos de sistemas de classificação bibliográfica para fins de ordenação de documentos em contextos de bibliotecas. O autor afirmava que, mais de cem anos após a primeira edição da CDD, permanecia em aberto uma validação demonstrável do pressuposto de que o uso de sistemas de localização relativa em coleções de acesso livre do público constituía uma vantagem objetiva para as instituições. Desse modo, Hyman (1980) questionava se o emprego dos sistemas de classificação bibliográfica como dispositivos prioritários para localização de itens nas estantes, não configuraria indício de necessidade de uma reavaliação do real interesse na adoção e manutenção dos arranjos classificados para documentos.

As críticas às limitações dos sistemas de classificação bibliográfica estiveram postas desde muito cedo. Na virada do século XIX para o XX, após analisar a CDD, Delisle (1896) e Graesel (1897) apontaram o caráter redutor de uma estrutura baseada em dez classes principais, bem como o viés claramente estadunidense do sistema. Ao traçar um histórico das traduções da CDD para o idioma espanhol, iniciadas na década de 1930, Moyano-Grimaldo (2008)

demonstra como as diversas edições estiveram associadas a críticas e necessidades de adaptação do sistema ao contexto latino-americano. De forma bastante taxativa, em estudo publicado em 1970, Grolier (1970) retomou os trabalhos do *Classification Research Group* desenvolvidos na década anterior, e afirmou que, àquela altura, CDD, CDU e LCC eram tão problemáticas quanto o esquema de Brunet poderia ser por volta de 1890.

Especialmente no contexto de bibliotecas públicas estadunidenses, na década de 1940, a percepção da inadequação destes sistemas levou à criação de planos para o arranjo de documentos baseados em estruturas amplas de classes. Segundo Maltby (1972), tais planos buscavam coincidência com o padrão de pensamento, atividade e costume dos leitores, dando origem a propostas que ficaram conhecidas como *Reader Interest Classification*, cuja ampliação se deu principalmente a partir da década de 1980 (MARTÍNEZ-ÁVILA; SAN SEGUNDO, 2013).

É interessante notar que, mais recentemente, despontaram novas críticas aos tradicionais sistemas de classificação como narrativas universalizantes assentadas em diversas exclusões e silenciamentos, sendo basilares os estudos de Hope Olson e as pesquisas que se vincularam a esta matriz analítica. Todavia, do ponto de vista de sua funcionalidade em sistemas de informação bibliográfica e de suas implicações empíricas, os estudos atuais não contemplam reflexões aprofundadas sobre os usos que têm sido realizados desses sistemas.

Pode-se dizer que no contexto dos estudos de classificação bibliográfica, houve um apagamento do número de chamada como modelo para ordenação de documentos, pois as discussões sobre esses sistemas não contemplam explicitamente seu papel na composição do número de classe e, tampouco, são incorporadas questões relativas à elaboração do número do livro.

Neste sentido, parece profícuo o entendimento de Miksa (1992) de que, paralelamente à expansão e detalhamento dos sistemas de classificação bibliográfica, foi diminuindo nas bibliotecas a importância de que a coleção especializada pudesse enunciar um universo de conhecimento. Assim, o sentido do arranjo foi substancialmente alterado desde o início das discussões sobre os sistemas de localização relativa, havendo predomínio da função de localização

para o número de chamada (em especial no contexto brasileiro), em detrimento da enunciação.

A consolidação do modelo do número de chamada ainda na virada no século XIX para o XX parece ter contribuído para que o tema da ordenação de documentos fosse posto como questão resolvida. Ademais, o alto nível de detalhamento logrado pelas sucessivas edições dos sistemas de classificação bibliográfica corroborou abordagens nas quais cada documento classificado, ao invés de tomar lugar no mapa institucionalmente desenhado para a navegação espacializada, tinha seu conteúdo pormenorizadamente representado, chegando a ofuscar o agrupamento das classes. Posteriormente, esse cenário foi reforçado com o desenvolvimento da recuperação da informação em sistemas automatizados, que colocou em destaque a representação da diversidade conceitual abarcada pelos documentos por meio da indexação. Com isso, há relativo desconhecimento acerca das soluções operacionais que são hoje desenvolvidas para fins de ordenação de documentos.

5 Considerações finais

Atualmente, dada a passagem das coleções para o meio digital, a ordenação de documentos é muitas vezes compreendida como investimento cujos gastos não compensariam os benefícios. No entanto, a ordenação de documentos se faz necessária em quaisquer contextos nos quais coleções precisem ser administradas, mas sobretudo naqueles em que a experiência direta de contato do público com as coleções é almejada.

O número de chamada como solução para ordenação de documentos em sistemas de localização relativa permite o agrupamento de documentos a partir da estrutura de classes que o sustenta, assim como o sequenciamento dos documentos, cuja vinculação relativa à obra da qual partem, possibilita fazer conhecer ao usuário a gênese documental para além dos itens tomados isoladamente. Esta característica põe em evidência a função enunciativa dos arranjos espacializados com base neste modelo, função essa que fomenta a exploração significativa e criativa das coleções.

Discutir a historicidade do número de chamada importa não apenas como movimento que permite melhor compreender a configuração do campo. Importa, também, porque implica abordagem conceitual que orienta o pensamento no sentido de uma configuração do espaço de ação, no qual a escolha por dada solução de ordenação é orientada pela reflexão quanto à sua pertinência em relação ao público, à instituição e à coleção em questão, e não como repetição de formas ditas consagradas, nem sempre engenhosas e adequadas para a realização do processo. Pensado como modelo e não como prescrição, o número de chamada abre diversas possibilidades de composição e associação entre os números de coleção, de classe e do livro na forma de enunciados da coleção.

Tratar da ordenação em sentido amplo, no entanto, exige falar tanto na ordenação de documentos, quanto na ordenação de referências e índices de bibliografias e de fichas de catálogos de bibliotecas, como também nas mais contemporâneas formas textuais e gráficas de visualização, hoje apresentadas para fins de mapeamento e navegação de coleções em meio digital. Assim, para discorrer sobre a dimensão, amplitude e relevância da ordenação como processo de organização da informação, é necessário aprofundar o tema aqui tratado e desenvolver outros estudos.

Referências

- BARDEN, B. R. **Book numbers**: a manual for students, with a basic code of rules. Chicago: American Library Association, 1937.
- BISCOE, W. S. Chronological arrangement on shelves. **Library Journal**, Nova York, v. 10, n. 9-10, p. 246-247, 1885.
- BLISS, H. E. A simplified alphabetic-order table. **Library Journal**, Nova York, v. 37, p. 71-74, 1912.
- BLISS, H. E. Simplified book notation. **Library Journal**, Nova York, v. 35, p. 544-546, 1910.
- BROWN, J. D. **Subject Classification**. London: The Library Supply CO., 1906.
- MERRIAM-WEBSTER. **Call Number**. Massachusetts: Merriam-Webster, 2021

- CARIBÉ, R. de C. do V. Notação de autor: sua história. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 26, n. 2 p. 121-135, maio/ago. 2016.
- CARIBÉ, R. de C. do V. Ordenamento de documentos em bibliotecas: tipologia. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 29, n. 2, p. 125-144, abr./jun. 2019.
- CARNEIRO, R. Algumas observações para uso da notação na literatura. **Boletim Bibliográfico**, São Paulo, n. 16, p. 35-45, 1950.
- CUTTER, C. A. Another plan for numbering books. **Library Journal**, Nova York, v. 3, n. 1, p. 248-251, 1878.
- CUTTER, C. A. Author table for greek and latin authors. **Library Journal**, Nova York, v. 11, n.1, p. 280-289, 1886.
- CUTTER, C. A. Classification on the shelves: with some account of the new scheme prepared for the Boston Athenaeum. **Library Journal**, Nova York, v. 4, n. 7, p. 234-243, 1879
- CUTTER, C. A. **How to get books**: with an explanation of the new way of marking books. Boston: Rockwell and Churchill, 1882.
- CUTTER, C. A. How to use Cutter's decimal author tables. **Library Journal**, Nova York, v. 12, n. 1-2, p. 251-252. 1887.
- DELISLE, L. Bibliothèque public aux États-Unis. **Le Journal des Sçavans**, França, p. 155-170, mar 1896.
- DEWEY, M. **Classification and subject index for cataloguing and arranging the books and the pamphlets of a library**. Hartford: Case, Lockwood & Brainard Company, 1876.
- DEWEY, M. Eclectic book-numbers. **Library Journal**, Nova York, v. 11, n. 3, p. 296-301, 1886.
- DEWEY, Me. Book numbers. **Library Notes**, Boston, v. 3, n. 2, p. 419-443, 1893.
- EDMANDS, J. Plans for numbering, with special reference to fiction. **Library Journal**, Nova York, v. 4, n. 2, p. 38-47, 1879.
- GRAESEL, A. **Manuel de bibliothéconomie** (trad. Jules Laude). Paris: H. Welter, 1897.
- GRANATA, G. Classification from the user viewpoint: concerning the arrangement of collections in university libraries. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 36, n. 2/3, p. 113-120, 2009.

GROLIER, E. Quelques travaux récents en matière de classification encyclopédique. **Bulletin des Bibliothèques de France**, n. 3, p. 99-126, 1970.

HARRIS, M. H. **The purpose of the American Public Library in historical perspective: a revisionist interpretation**. Kentucky: ERIC Clearinghouse, 1972.

HYMAN, R. J. Shelf classification research: past, present-future? **Occasional Papers**, n. 146, p. 1-60, nov, 1980.

KEPHART, H. Classification. *In*: DEWEY, Melvil (Ed.). **Papers prepared for the world's library congress, held at the Columbian exposition**. Washington: Government Printing Office, 1896. p. 861-897.

LAWS, A. C. **Author notation in the Library of Congress**. Washington: Government Printing Office, 1917.

LEHNUS, D. J. **Book numbers: history, principles and application**. Chicago: ALA, 1980.

LEHNUS, D. J. **Notação de autor: manual para bibliotecas**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978.

LENTINO, N. **Guia teórico prático e comparado dos sistemas de classificação bibliográfica**. São Paulo: Polígono, 1971.

MÁLAGA, L. F. Reglas y tablas de notación interna. **Fénix, Revista de la Biblioteca Nacional**, Lima, n. 5, p. 130-160, 1947.

MALTBY, A. Classification logic, limits, levels. *In*: MALTBY, A. **Classification in the 1970's: a discussion of development and prospects for the major schemes**. Belfast: Linnet Books & Clive Bingley, 1972. p. 9-24.

MANN, M. **Introduction to cataloging and the classification of books**. Chicago: American Library Association, 1930.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; SAN SEGUNDO, R. Reader-Interest classifications: Concept and Terminology Hystorical Overview. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 40, n. 2, p. 102-114, 2013.

MERRILL, W. S. The Merrill book numbers. **Public Libraries**, England, v. 17, p.127-129, apr, 1912.

MIKSA, F. L. The concept of the universe of knowledge and the purpose of LIS classification. *In*: WILLIAMSON, N. J.; HUDON, M. (Ed.). **Classification Research for Knowledge Representation and Organization**, june 24-28, 1992, Toronto. **Proceedings [...]**. Amsterdam: Elsevier, 1992. p. 101–126.

- MIKSA, F. Melvil Dewey and the corporate ideal. *In*: STEVENSON, G.; KRAMER-GREENE, J. (Ed.). **Melvil Dewey: the man and the classification**. Albany, N.Y.: Forest Press, 1983. p. 49-100.
- MIKSA, F. Melvil Dewey: the professional educator and his heirs. **Library Trends**, Baltimore, v. 34, p. 359-381, 1986.
- MITTAL, R. L. Call number and collection number: their implications on book arrangement. **Indian Library Movement**, India, v. 3, n. 1, p. 1-6, 1976.
- MOYANO-GRIMALDO, W. A. La Clasificación Decimal Dewey y sus traducciones al español como apoyo al crecimiento y actualización de la misma. *In*: ENCUENTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 6, 2008, Bogotá. **Anais [...]**. E-LIS, 2008 p. 1-13.
- OLIN, C. R. An order table for collective biography. **Library Journal**, Nova York, v. 18, n. 5, p. 144, 1893.
- ORTEGA, C. D. A ordenação de documentos como atividade de organização da informação: proposta de fundamentação e atualização. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 14., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2013. p. 1-13
- ORTEGA, C. D. Ordenação de documentos: fundamentos e relações com a classificação bibliográfica. *In*: GUIMARÃES, J. A. C.; DODEBEL, V. (orgs.). **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília: ISKO Brasil; FUNDEPE, 2015. (Série: Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 3). p. 765-797.
- ORTEGA, C. D.; SILVA, C. M. A. da; SANTOS, M. N. dos. **A ordenação de documentos na atividade bibliotecária**. Brasília: Briquet de Lemos, 2016.
- ORTEGA, C. D.; SILVA, C. M. A. da. A ordenação de documentos como atividade de organização da informação: proposta de fundamentação e atualização. *In*: ENCONTRO IBÉRICO EDICIC 2013, 6., 2013, Porto. **Atas [...]**. Porto: Universidade do Porto, 2013. p. 1618-1635.
- PINHEIRO, A. V. T. da P. **A ordem dos livros na biblioteca: uma abordagem preliminar ao sistema de localização fixa**. Rio de Janeiro: Interciência Intertexto, 2007.
- PRADO, H. A. **Tabela PHA: para individualizar os autores dentro das diversas classes de assunto, isto é, dentro dos mesmos números de classificação**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1964.
- PRYTHERCH, R. (Comp.). **Harrod's librarian's glossary and reference book: a directory of over 10.200 terms, organizations, projects and acronyms in**

the areas of information management, library science, publishing and archive management. 10 ed. London: Ashgate Pub Ltd, 2005.

RANGANATHAN, S. R. **Colon Classification**. 6th ed. Bangalore: Sarada Ranganathan Endowment for Library Science, 1960.

RANGANATHAN, S. R. **Prolegomena to Library Classification**. 3rd. ed. New York: Asia Publishing House, 1967.

SATIJA, M. P. Book number and call number. *In*: KENT, A. (Org.) **Encyclopedia of library and information science**. v. 45. New York: Marcel Dekker, 1990, p. 18-45.

SATIJA, M. P. **Book numbers: Indian and Cutter**. Viva Books: New Delhi, 2008.

SATIJA, M. P. History of book numbers. **International Classification**, Amritsar, v. 14, n. 2, p. 70-76, 1987.

SATIJA, M. P.; COMAROMI, J. P. **Beyond classification: book number (with special reference to chronological book numbers)**. New Delhi: Ess Ess Publications, 1992.

SAYERS, W. C. B. **A manual of classification for librarians and bibliographers**. London: Grafton & Co, 1944.

SAYERS, W. C. B. **An introduction to library classification: theoretical, historical, and practical, and a short course in practical classification with readings, questions and examination papers**. 2 ed. London: Grafton & Co., 1922.

SCHWARTZ, J. A “combined” system for arranging and numbering. **Library Journal**, New York, v. 3, n. 1, p. 6-10, mar. 1878.

SHERA, J. H. **Foundations of the public library: the origins of the public library movement in New England 1962-1855**. Chicago: The University of Chicago Press, 1949.

SILVA, C. M. A. da. **Para uma abordagem contemporânea sobre ordenação de documentos: propostas do século XIX e início do XX**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SILVA, C. M. A. da; CARVALHO, M. A.; MARTINS, G. B. A.; ORTEGA, C. D. A ordenação de documentos como conteúdo curricular no curso de graduação em Biblioteconomia da UFMG e relato de proposta de disciplina. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 102-130, 2020.

SILVA, C. M. A. da; ORTEGA, C. D. A ordenação de documentos no curso de Biblioteconomia da UFMG: notas sobre um conteúdo quase esquecido. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018. p. 3846-3866.

SILVA, C. M. A.; ORTEGA, C. D. Das propostas que antecederam o número de chamada: a ordenação de documentos nos manuais francófonos de biblioteconomia de meados do século XIX a 1930. *In: CONGRESSO BRASILEIRO EM ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO*, 5., 2019, Belém. **Anais [...]**. Belém: UFP, 2019. p. 15-25.

SILVA, C. M. A. da; ORTEGA, C. D. Proposals that preceded the call number: shelf arrangement in the francophone manuals of Librarianship from the mid-nineteenth century to 1930. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 44, n. 8, p. 605-614, 2017b.

SILVA, C. M. A. da; TOLENTINO, V. de S. FRBRizando as coleções a partir do número de chamada: uma aproximação possível. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*, 20., 2018, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2018. p. 271-285.

SILVA, C. M. A. da; TOLENTINO, V. S.; ORTEGA, C. D. Número de chamada e FRBR: um diálogo norteado por princípios da Organização da Informação. **TransInformação**, Campinas, v. 31, p. 1-12, abr. 2019.

SLAVIC, A. Call numbers, book numbers and collection arrangements in European library traditions. *In: SINGH, J.; MALHAN, I.; KAUR, T. (Ed.). Library and information science in digital age: essays in honor of Professor M. P. Satija*. Índia: Ess Ess Pub, 2009. v. 1, p. 257-285.

SWAN, C. H. Alfab.-order table for names of places. **Library Journal**, New York, v. 11, n. 4, p. 118, apr. 1886.

UNITED STATES. **Public libraries in the United States of America: their history, condition, and management**. Special report, Department of the Interior, Bureau of Education. Part I. United States: Bureau of Education, 1876.

ZHAO, L. Save Space for “newcomers”: analyzing problems in book number assignment under the LCC system. **Cataloging & Classification Quarterly**, United Kingdom, v. 38, n. 1, p. 105-119, 2004.

Shelf arrangement as enunciation: the call number and the bibliographic classification systems

Abstract: The study discusses the adoption of bibliographic classification systems for the shelf arrangement in the American context from the turn of the 19th to the 20th century, and the configuration of the call number as a model composed of the association among the collection number, the class number and the book number. It seeks to clarify the call number historicity and the criticisms directed at it. The work is based on a literature review on the theme, underpinned by group and individual research, started in 2012, which, since then, have resulted in academic papers, book, conference papers and journal articles. The text begins with the discussion of the meanings linked to the use of bibliographic classification systems for shelf arrangement. Next, it debates on the structure of the call number as a model that operationalizes arrangements in systems of relative localization, mobilizing, particularly, the intense production of reflections aimed at proposing solutions for the book number composition. Finally, it revisits some criticisms to bibliographic classification systems and in association with the call number. As final considerations, it highlights the current aspect of shelf arrangement, especially when the direct experience of the public with the collections is desired, given the enunciation function of spatialized arrangements, function which encourages the significant and creative exploration of the collections.

Keywords: Shelf arrangement; Call number; Book number; Bibliographic classification systems

Recebido: 23/06/2021

Aceito: 04/10/2021

Declaração de autoria

Concepção e elaboração do estudo: Camila Mariana Aparecida da Silva.

Coleta de dados: Camila Mariana Aparecida da Silva.

Análise e interpretação de dados: Camila Mariana Aparecida da Silva.

Redação: Camila Mariana Aparecida da Silva.

Revisão crítica do manuscrito: Cristina Dotta Ortega.

Como citar:

SILVA, Camila Mariana Aparecida da; ORTEGA, Cristina Dotta. A ordenação de documentos como enunciação: o número de chamada e os sistemas de classificação bibliográfica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 3, e-117425, jul./set. 2022. <https://doi.org/10.19132/1808-5245283.117425>



¹ [...] there are only three methods that are really being used, viz., (1) the numerical i.e., 1, 2, 3, etc., (2) authors, and (3) the time plan, i.e., by year of publication. Other methods which have been suggested but are considered to be “bad methods” are arrangements by publisher, color, cost style of treatment, merit, title, language, and further subject division. (DEWEY, 1886, p. 298).